



1º Simulado

JUIZ DO TRF DA 1ª REGIÃO

1º Simulado Especial

1º Simulado Juiz TRF 1

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF 1;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TRF1-05-07>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fernando Andrade

01. O chamado Constitucionalismo Moderno, segundo a doutrina, surge no contexto de necessidade de limitação do poder estatal, que se materializou por meio da criação das primeiras constituições escritas. Possui na sua origem principal duas constituições do final do século XVIII: a Constituição Americana de 1797 e a Constituição Francesa de 1791.

02. Karl Loewenstein classifica as constituições quanto a sua essência e define como constituição normativa aquela que tem por objetivo camuflar a realidade de um determinado país, não havendo correlação entre o texto escrito e o mundo dos fatos. Trata-se de instrumento para a manutenção dos dominadores fáticos na comunidade.

03. O Supremo Tribunal Federal, em sua jurisprudência, tem dado especial destaque no ordenamento jurídico brasileiro ao direito à liberdade de expressão, repisando em várias oportunidades a vedação à censura prévia. No entanto, já entendeu o Tribunal que não ofende a Constituição Federal lei que veda o discurso proselitista nas emissoras de radiodifusão comunitária, salientando que a citada liberdade não constitui direito absoluto.

04. No ordenamento jurídico brasileiro atual, ao julgador não é exigido apenas a verificação da compatibilidade vertical da legislação como a Constituição Federal, mas igualmente em relação aos tratados e convenções internacionais que tratam de direitos humanos. A esta última hipótese, a doutrina denomina controle de convencionalidade, que é cabível somente em relação aos tratados e convenções internacionais incorporados com status de Emenda à Constituição.

05. Estabelece o art. 97 da Constituição Federal: *“Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.”*

Assim, caso o Juiz na primeira instância entenda pela inconstitucionalidade de determinado dispositivo legal,

deverá promover a suspensão do processo e desencadear perante o Tribunal respectivo o procedimento de arguição de inconstitucionalidade que, após julgado, retorna à origem para a aplicação da decisão.

06. Perde a nacionalidade brasileira, o brasileiro nato que adquire outra nacionalidade por expressa manifestação de sua vontade. Nesta hipótese, a perda decorre, de forma automática, da nova aquisição, sendo a sua posterior formalização por portaria do Ministério da Justiça ato meramente declaratório.

07. Situação hipotética: O prefeito municipal do Município X, verificando a concentração de farmácias em determinada área urbana, e a absoluta ausência de estabelecimento em outros bairros, formulou projeto de lei com o objetivo de limitar o número de farmácias na área que especifica, forçando, assim, o seu direcionamento para as regiões mais necessitadas.

Assertiva: o projeto de lei, segundo jurisprudência sumulada do STF, veicula norma incompatível com a Constituição Federal, por ofensa ao princípio da livre concorrência.

08. Nos crimes de responsabilidade, consideradas infrações político-administrativas, o Presidente da República será julgado perante o Senado Federal, após admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados. Com essa admissão, o Presidente ficará suspenso de suas funções pelo prazo de até 180 dias.

09. Nos termos da jurisprudência do STF, o controle acerca da presença dos requisitos de urgência e relevância, exigidos constitucionalmente para que o Presidente da República edite medidas provisórias, é realizado, em regra, pelo próprio Chefe do Poder Executivo. No entanto, tais requisitos ficam excepcionalmente sujeitos ao controle jurisdicional, como forma de evitar o abuso de poder.

10. Nas ações judiciais que têm por objeto a busca pela concretização do direito à saúde, como as que visam a obtenção de medicamentos ou tratamentos médicos, possuem legitimidade passiva solidária todos os entes da Federação, cabendo ao autor direcionar sua pretensão contra qualquer um deles, isolada ou conjuntamente. Esse entendimento se aplica, inclusive, às demandas que buscam medicamentos sem registro na ANVISA.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

A Emenda Constitucional n. 103, aprovada em novembro de 2019, alterou diversos aspectos da previdência dos servidores públicos. A respeito do tema, julgue as assertivas:

11. Os regimes próprios de previdência de servidores somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade, ficando os afastamentos por incapacidade temporária sob a responsabilidade da administração, a serem concedidos por meio de licença, se não for possível a reabilitação.

12. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

13. Os recursos arrecadados em fundo de regime próprio de previdência social não poderão ser utilizados para a concessão de empréstimos aos respectivos segurados, ao contrário do que ocorre no regime de previdência complementar.

14. Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

15. No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores federais titulares de cargo efetivo, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

16. A aposentadoria especial é concedida aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde. A respeito do tema, julgue a assertiva:

De acordo com o STJ, o segurado que exerce atividades em condições especiais, quando em gozo de auxílio-doença, faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial, seja o auxílio-doença acidentário ou previdenciário.

17. De acordo com a jurisprudência sumulada da Turma Nacional de Uniformização, o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal que recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, poderá computar o respectivo tempo de serviço para fins de aposentadoria.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

18. Reclamações, censuras ou críticas feitas a ato praticado por funcionário público no exercício de suas funções são atípicas.

19. Em situação de elemento subjetivo dolo eventual, há certeza absoluta de que o resultado não acontecerá por força da diligência do agente em impedi-lo.

20. No tocante ao juízo de reprovação, a autorização da vítima para que o agente a lesione fisicamente por motivação sexual durante a conjunção carnal afasta a culpabilidade.

21. Sobre a dosimetria da pena e o delito de feminicídio, se a vítima possui, no momento da morte, 55 anos, a pena será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade.

22. A teoria adotada pelo Superior Tribunal de Justiça quanto ao momento consumativo do crime de roubo (art. 157 do Código Penal) é a da *amotio* ou *apprehensio*.

23. É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

24. A criminalização da homotransfobia não ressalvou a liberdade religiosa, já que prevalece a proteção das minorias em detrimento da liberdade de rotular pessoas como pecadoras.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Andrade

25. O direito ao silêncio, constitucionalmente estabelecido, é apenas um dos desdobramentos do direito à não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*). Caso seja ele invocado pelo réu, por ocasião de seu interrogatório, deve a autoridade judicial promover o encerramento do ato, sob pena, inclusive, da prática de crime de abuso de autoridade.

26. Nas recentes alterações promovidas pelo chamado Pacote Anticrime, foi incluído no Código de Processo Penal o instituto do acordo de não persecução penal, já anteriormente previsto em Resolução do CNMP, que, dentre outros requisitos, exige que a pena máxima do delito seja inferior a 4 anos e que o investigado promova a confissão formal e circunstanciada dos crimes em apuração.

27. Segundo a jurisprudência do STJ, nos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei n. 8.137/90, em razão de suas características, basta que a denúncia promova a adequada descrição dos tipos penais e a indicação do denunciado administrador da sociedade, sendo

excepcionalmente prescindível a individualização de sua conduta.

28. O Ministério Público é instituição dotada de independência funcional, o que lhe permite deixar de oferecer denúncia perante determinado Juízo por entendê-lo incompetente para o processo. Neste caso, havendo concordância do órgão jurisdicional, será declinada a competência. Caso o Juiz discorde, deverá remeter o processo por analogia ao art. 28 do CPP ao órgão de revisão do MP. Trata-se, segundo a doutrina, do chamado arquivamento indireto.

29. Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a OAB exerce função constitucionalmente privilegiada, não se confundindo com os demais conselhos de fiscalização profissional. Nesse passo, não é dela exigida a realização de concursos públicos para a contratação de pessoal, nem a realização de licitação. Em contrapartida, os crimes contra ela cometidos não atraem a competência da Justiça Federal.

30. Segundo entendimento do STJ, as perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial são revestidos de eficácia probatória sem a necessidade de serem repetidos no curso da ação penal por se sujeitarem ao contraditório diferido.

31. O Código de Processo Penal passou por recentes alterações, constando, dentre elas, ajustes para maior adequação ao sistema acusatório. Cite-se, por exemplo, a supressão da possibilidade de decretação da prisão preventiva de ofício, ainda que no curso da instrução processual penal, cabendo ao magistrado atuar apenas quando provocado pelo Ministério Público, pelo querelante ou pelo assistente, ou por representação da autoridade policial. Remanesceu, no entanto, a possibilidade expressa de atuação jurisdicional *ex officio*, quando, após a revogação da prisão preventiva, sobrevierem razões para sua nova decretação.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

32. O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos Lei 13.260/2016 (Lei Antiterror), por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, sendo indiferente a finalidade de tais condutas.

33. O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

34. Em investigação direta feita pelo Ministério Público, o representante do *Parquet* toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa na Comarca em que exerce as suas atribuições. Por razões cautelares, intercepta as conversas telefônicas do líder da associação criminosa, comunicando posteriormente o juízo, já com as cópias das gravações. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que o procurador incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei 9.296/1996.

35. Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante, a menos que o agente seja reincidente.

36. A prisão temporária é cabível (I) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; (II) quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade e (III) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado no crime de genocídio, em todas as suas modalidades (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956).

37. O delito de disparo de arma de fogo, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é comum, de perigo abstrato, afiançável e não possui vítima certa e determinada, além de não punir a modalidade culposa.

DIREITO ECONÔMICO E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Vanessa Arns

38. A respeito dos histórico do Direito Econômico, julgue a afirmativa a seguir.

O Direito da Concorrência moderno tem origem e influência inegável no Direito americano da virada do século XIX para o século XX. A Lei Sherman, por proposta do Senador John Sherman, inspirada na crença nos benefícios da livre concorrência, inspira leis antitruste ao redor do mundo até hoje.

39. Sobre o Direito Concorrencial, julgue a afirmativa a seguir.

A Lei 12.529/11 se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, com exceção das que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

40. De acordo com a Lei 13.874/2019, julgue e afirmativa a seguir.

São princípios que norteiam a Lei de Liberdade Econômica a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas; a boa-fé do particular perante o poder público e o o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

41. De acordo com a Lei 13.874/2019 econômica, julgue e afirmativa a seguir.

É dever da administração pública e das demais entidades, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual a Lei 13.874/2019 versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

42. Acerca das obrigações e contratos, julgue o item a seguir.

É possível a anulação de transmissão gratuita de bens por caracterização de fraude contra credores, mesmo que a conduta alegadamente fraudulenta tenha ocorrido em momento anterior ao surgimento do direito do credor.

43. No que se refere a penhor e hipoteca, julgue o item subsequente.

A hipoteca, direito real de garantia sobre bens imóveis, não se aplica a aeronaves e navios, por serem de natureza móvel.

44. Julgue o item a seguir, referente aos negócios jurídicos.

Negócio jurídico simulado por interposição de pessoa ou por ocultação da verdade será considerado nulo.

45. Com base nas disposições do Código Civil acerca das pessoas jurídicas, julgue o item subsequente.

Com a dissolução da pessoa jurídica, não há a extinção da referida personalidade até que a liquidação desta seja concluída.

46. Acerca das disposições do Código Civil quanto aos bens imóveis, julgue o item a seguir.

Luís, proprietário de um sítio no interior de São Paulo, pretende instituir esse imóvel como bem de família declarando, através de escritura pública, que sua família é domiciliada no local.

Nessa situação, o imóvel ficará isento de quaisquer execuções por dívida contra Luís.

47. Acerca das obrigações e do negócio jurídico, julgue o item subsequente.

Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restitui-las, serão indenizadas com o equivalente.

48. De acordo com a jurisprudência do STJ e as disposições do Código Civil, julgue o item a seguir.

Para que haja a sanção civil do art. 940, que dispõe sobre a cobrança judicial por dívida já paga, é indispensável a demonstração de má-fé do credor.

49. Considerando o que dispõe o Código Civil acerca da prescrição e da decadência, julgue o item a seguir.

A cobrança de encargos e parcelas indevidas ou abusivas impede a caracterização da mora do devedor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

50. No que concerne aos princípios que norteiam o processo civil, pode-se afirmar não há exceção alguma ao princípio da inevitabilidade da jurisdição no ordenamento brasileiro.

51. Em relação aos honorários advocatícios, o STJ entende que, por critério de simetria, não é cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de ação civil pública ou de ação coletiva, salvo comprovada má-fé.

52. Aos entes despersonalizados é vedada a celebração de negócios jurídicos processuais.

53. Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca.

54. O princípio da instrumentalidade das formas é norma aplicável às invalidades em geral, sejam hipóteses de nulidade absoluta ou relativa.

55. No que se refere às tutelas provisórias, o CPC adotou a teoria do risco-proveito para responsabilizar a parte pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência ocasionar à parte adversa.

56. Se o conhecimento do mérito do processo depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal. Contudo, proposta a ação penal, o CPC não dispõe a respeito do prazo máximo de suspensão da demanda cível.

57. A preempção é gerada pela extinção por 3 vezes pelos motivos dos incisos I e II do art. 485, CPC, proibindo ao autor de repropor pela quarta vez aquela mesma demanda. No entanto, o autor poderá suscitar seu direito em sua defesa, caso seja demandado.

58. Com o advento do CPC de 2015, o reconhecimento de união estável por juiz federal como questão prejudicial, em demanda proposta contra o INSS para obtenção de pensão por morte de companheiro, faz coisa julgada material, nos termos do art. 503, §1º, CPC.

59. Compete ao STJ decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

Acerca da ingerência do Estado na propriedade privada, considere e julgue os itens a seguir:

60. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, é de 15 anos, conforme o *caput* do art. 1.238 do Código Civil.

61. A hierarquia verticalizada entre os entes federados prevista no Decreto-Lei nº 3.365/41 não se aplica às hipóteses de tombamento. Diante disso, é permitido a um Estado tomar bens da União.

62. O rito de desapropriação previsto no Decreto-Lei nº 3.365/41 não comporta a utilização de mediação ou arbitragem.

Julgue os seguintes itens, relativos ao controle da administração pública.

63. O ato de registro de aposentadoria de servidores públicos por parte do Tribunal de Contas competente deve se dar dentro de 5 anos, contados da chegada do processo ao órgão de controle externo. Caso a análise da aposentadoria pelo Tribunal de Contas se dê em prazo superior, deve ser garantido contraditório e ampla defesa ao interessado.

64. Todas as decisões do Tribunal de Contas da União que imponham sanções a pessoas submetidas à sua jurisdição têm eficácia de título executivo extrajudicial.

Em relação a licitações e contratos administrativos, julgue os dois itens seguintes.

65. A doação de bens públicos móveis pode ser destinada a entidade não integrante da Administração Pública, sem licitação, desde que haja interesse social.

66. O reajuste do instrumento contratual, desde que respeitadas as condições e os índices contidos no próprio contrato, não necessita ser formalizado por meio de aditamento.

67. Das variadas Escolas que surgiram para delimitar o objeto de estudo e o conceito de Direito Administrativo, a escola da *puissance publique* delineou adequadamente os meios de atuação da função administrativa do Estado, abrangendo inclusive os contratos de Direito Privado celebrados pela Administração Pública.

68. No que diz respeito à responsabilidade do Estado por atos praticados por notários e registradores, entende o Supremo Tribunal Federal que ela se dá na modalidade objetiva.

69. Segundo a jurisprudência do STJ, não é possível que uma pessoa jurídica figure no polo passivo de uma ação de improbidade administrativa, tendo em vista que a Lei de Improbidade tem seu escopo de aplicação limitado a pessoas naturais.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

70. O empresário casado pode alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, independentemente da outorga do cônjuge, qualquer que seja o regime de bens.

71. De acordo com o Código Civil, o exercício da atividade empresarial por pessoa legalmente impedida implica a nulidade dos atos praticados.

72. Caso o locatário, no momento da propositura da ação renovatória, apresente valor locativo compatível com o valor de mercado, o locador deverá renovar a locação, ainda que ele receba proposta mais vantajosa de terceiro.

A locação empresarial submete-se ao regime jurídico da renovação compulsória, de acordo com o qual a locação deve ser contratada por tempo determinado de, no mínimo, cinco anos, admitida a soma dos prazos de contratos escritos, sucessivamente renovados, podendo esse cálculo ser feito pelo sucessor ou cessionário do locatário.

73. Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento.

Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento da prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nele fixado.

74. Três pessoas uniram-se e passaram a desenvolver atividade econômica informal — venda de camisetas com pinturas exclusivas. Uma passou a cuidar das compras e administração (o administrador), outra, das pinturas (o artista) e a outra, das vendas (o vendedor). O negócio cresceu e, após o vendedor dar expressamente sua aceitação a determinada encomenda, não foi possível cumprir os prazos estipulados para a entrega. O comprador, então,

decidiu ajuizar ação para reaver os prejuízos. Com base nessa situação, é correto afirmar que a responsabilidade cabe aos três, pois são solidários no negócio.

75. Na criação de certa sociedade por ações de capital fechado, o estatuto pode estabelecer que a empresa tenha ações ordinárias e preferenciais. Suas ações ordinárias podem, por sua vez, estar distribuídas em classes, criadas em razão de alguns critérios. Nesse caso, os critérios válidos para a criação de ações ordinárias na empresa incluem a prioridade no reembolso do capital e a conversibilidade em ações preferenciais.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

76. Sobre o controle externo, julgue a afirmativa a seguir.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

77. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

78. Sobre o controle das finanças públicas, julgue a afirmativa a seguir.

O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

Julgue os itens a seguir, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

79. Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser reguladas por lei ordinária.

80. O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

81. A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

82. É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

83. É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

84. A lei tributária que possibilita que um ato normativo fixe o valor de uma taxa viola necessariamente o princípio da legalidade tributária.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

85. Vigora, no STJ, o entendimento de que a pessoa jurídica só pode ser responsabilizada penalmente por crime ambiental caso a pessoa física cometidora do ilícito também o seja.

86. O princípio do desenvolvimento sustentável visa harmonizar crescimento econômico, proteção do meio ambiente e controle de natalidade.

87. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista na Lei 9.985/2000 e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

88. Compete à União exercer o controle ambiental sobre o transporte interestadual, terrestre, mas não o fluvial, de produtos perigosos.

89. A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.

90. O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado no órgão ambiental competente.

91. Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode ser autora de ação popular visando anular ato lesivo ao meio ambiente

92. Os órgãos executores do SISNAMA são o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Vanessa Arns

93. A respeito dos tratados internacionais, julgue a afirmativa a seguir.

Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.

94. A respeito dos tratados internacionais, julgue a afirmativa a seguir.

A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.

95. A respeito dos tratados internacionais, julgue a afirmativa a seguir.

A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.

96. A respeito dos tratados internacionais, julgue a afirmativa a seguir.

Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

97. A respeito dos tratados internacionais, julgue a afirmativa a seguir.

A superveniência de uma norma de *jus cogens* que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

98. Sobre as fontes e características do direito internacional público, julgue a afirmativa a seguir.

A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

99. Sobre as fontes e características do direito internacional público, julgue a afirmativa a seguir.

Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da Corte internacional de Justiça.

100. Sobre as fontes e características do direito internacional público, julgue a afirmativa a seguir.

O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TRF1-05-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



CONFIRA: [CURSOS PARA O TRF1](#)